



**ISABELLE BORGES EVANGELISTA  
MALU ANARRY DE ANDRADE**

**A HISTÓRIA DA INFÂNCIA E O NOVO OLHAR SOBRE A  
EDUCAÇÃO INFANTIL: DOCUMENTOS ORIENTADORES  
PARA EDUCAÇÃO, A BASE NACIONAL COMUM  
CURRICULAR E A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS**

**LAVRAS - MG  
2020**

**ISABELLE BORGES EVANGELISTA  
MALU ANARRY DE ANDRADE**

**A HISTÓRIA DA INFÂNCIA E O NOVO OLHAR SOBRE A  
EDUCAÇÃO INFANTIL: DOCUMENTOS ORIENTADORES  
PARA EDUCAÇÃO, A BASE NACIONAL COMUM  
CURRICULAR E A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Universidade Federal de Lavras, como parte das  
exigências para conclusão do curso de Pedagogia.

Prof.<sup>a</sup> Ms(a). Ellen Maira de Alcântara Laudares  
Orientadora

**LAVRAS - MG  
2020**

***“Ser criança”***

*Ser criança é dureza-  
Todo mundo manda em mim-  
Se pergunto o motivo,  
Me respondem “porque sim”.*

*Isso é falta de respeito,  
“Porque sim” não é resposta,  
Atitude autoritária  
Coisa que ninguém gosta!*

*Adulto deve explicar  
Pra criança compreender  
Esses “podes” e “não podes”,  
Pra aceitar sem se ofender!*

*Criança exige carinho,  
E sim! Consideração!  
Criança é gente, é pessoa,  
Não bicho de estimação!”*

*(Tatiana Belinky)*

## RESUMO

O presente artigo tem como temática central a infância e como ela foi vista durante o percorrer da história. Inicialmente, o trabalho trata de conceitos antes utilizados para definir, reconhecer e denominar a infância. Aborda como as crianças e a infância eram tratadas na antiguidade, como era a vida das crianças em determinados contextos históricos até chegar na atualidade, visando as especificidades das crianças nas escolas e antes delas. A metodologia do artigo tem finalidade a análise de documentos que regularizam a Educação Infantil e a realização de estudos que ajudaram a compreender a história da infância e da criança. Os estudos dos documentos como a LDB, BNCC, e sobre a abordagem de Pikler segundo os estudos de Falk (2004), possibilita repensar nos cuidados com as crianças, olhá-las como sujeitos de direitos e que são capazes de serem protagonistas de sua própria história. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa, e o método de pesquisa deste trabalho foi uma pesquisa bibliográfica.

**Palavras-chave:** Campos de conhecimento; Formação docente; História; Infância; Pedagogia

## **ABSTRACT**

This article has childhood as its central theme and how it was seen during the course of history. Initially, the work deals with concepts before used to define, recognize and name childhood. It addresses how children and childhood were treated in antiquity, as was the life of children in certain historical contexts until today, aiming specifics of children in schools and before them. The methodology of the article has an analysis of documents regulating Early Childhood Education and carrying out studies that helped to understand the history of childhood and children. Document studies such as LDB, BNCC, and about Pikler's approach according to Falk's studies (2004), makes it possible to rethink the care of children, to look at them as subjects of rights and who are capable of being protagonists of their own history. The methodology used it was a qualitative research, and the research method of this work was a research bibliographic.

**Keywords:** Fields of knowledge; Teacher training; Story; Childhood; Pedagogy.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>8</b>
<b>2.1 CRIANÇA E INFÂNCIA: UM CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL.....</b>	<b>8</b>
<b>2.2 INFÂNCIA NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO .....</b>	<b>11</b>
<b>2.3 EDUCAÇÃO INFANTIL: UM NOVO OLHAR PARA A INFÂNCIA.....</b>	<b>16</b>
<b>2.4 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: A INFÂNCIA NO CURRÍCULO NACIONAL .....</b>	<b>19</b>
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>21</b>
<b>4. ANÁLISE DE DADOS E CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>22</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>26</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Infância e criança são expressões que possuem significados diferentes, alternando-se com o passar dos anos nos mais diferentes contextos em que se inserem, ora sendo considerada na perspectiva de adultos em miniaturas e ora sendo reconhecida enquanto protagonista de seu processo de ensino. Assim, para que sejam compreendidas as diferentes concepções das terminologias supracitadas, fez-se necessário o estudo e a análise do contexto histórico-social ao longo da história da infância.

Discorrendo sobre a temática, Ariès (1986), aponta que a noção que os antepassados tinham sobre as crianças era que apenas o seu tamanho os distinguiam dos adultos, sendo essa perspectiva retratada nas obras e esculturas gregas do séc. XI, onde as fisionomias das crianças eram relatadas igualmente aos de homens adultos, tantos seus traços e suas musculaturas, em que a pintura de nudez infantil eram comuns, pois a concepção que tinham sobre criança era a mesma que tinham sobre os adultos, ou seja, as crianças eram homens em miniatura.

Para Ariès (1986), nos primórdios do século XII, a infância era desconhecida e a arte medieval não a retrata. A infância não era reconhecida e muito menos valorizada e não se pensava no desenvolvimento da criança. Desta forma, a criança precisava se comportar e agir como um mini adulto, suas particularidades não eram levadas em consideração. Não existia a Educação Infantil ou instituições de educação para a infância.

No Brasil, a infância teve sua história marcada pelos missionários jesuítas, através da educação religiosa, catequizando as crianças indígenas de forma muito criticada por pesquisadores e historiadores, mas que fizeram, de certa forma, parte da construção histórica do entendimento acerca da infância no país. Durante o tempo entre a invasão dos portugueses, até a atualidade, diversas políticas públicas garantiram direitos às crianças, protegidas por leis que foram promulgadas no país.

A educação e escolarização das crianças também obteve algumas mudanças e melhorias com o passar do tempo, pois é notório que nos tempos atuais é importante compreender as especificidades das crianças, colocando-as como sujeitos ativos e críticos diante seu processo de desenvolvimento e socialização, além de produtoras de história e cultura.

Nesse sentido, a proposta deste artigo foi a de traçar o percurso histórico das concepções de criança e infância, de modo a ampliar o entendimento sobre tais concepções, e apontar os conceitos e suas modificações ao longo dos anos, considerando-se o período que compreende desde a Idade Média até a inserção da criança no âmbito educacional atual, com foco no currículo proposto por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a visão da infância nas escolas.

Desse modo, este trabalho foi escrito a partir de algumas indagações, como: quais foram as concepções históricas acerca da criança e infância? A infância é compreendida e valorizada atualmente pelas escolas, pelo Estado e pelas políticas públicas? Como a BCNN entende e engloba as especificidades da infância nas escolas em um só documento? Todas essas reflexões terá um foco especial na infância, conceito este que está sempre em permanente mudanças.

## **2. REFERÊNCIAL TEÓRICO**

### **2.1 CRIANÇA E INFÂNCIA: UM CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL**

É de grande importância explicitar que a história da criança muitas vezes foi contada por adultos, e isso pode alterar os fatos da forma como de fato ocorreram e não trazer a intensidade da história vivida, como se fosse contada pela própria criança. Sabe-se que as crianças passam por alegrias, tristezas, frustrações e tem diferentes vivências durante sua história, por isso, pode-se dizer que a infância não acontece da mesma forma para todas as crianças e as histórias vão se modificando de acordo com as experiências das crianças.

Assim, entende-se que a visão que se tem de criança, é algo que foi historicamente construído. Antigamente os estudos direcionados à infância eram praticamente inexistentes, a criança não tinha uma infância desfrutada de modo como é agora, pois essa realidade só mudou na atualidade, o que apontam os estudos feitos pela filosofia e sociologia acerca do tema, com a educação voltada à elas e por meio da implementação de políticas para a infância.

A história da infância então é marcada por um contexto de manipulação dos adultos, envolta de amplo consumismo e interesses mercantilistas. Para se chegar até onde compreende-se sobre a criança e infância, é necessário iniciar o estudo desde os primórdios, refletindo sobre o desenrolar de todo o contexto histórico e social. Relembrando os caminhos percorridos pela infância, perante seus “dominadores” que



ao ver de Faleiros (2011) são “família, religião, Estado, cultura e outros estamentos da sociedade”.

Sendo assim, Ariès (1986), direciona seus estudos acerca da infância para a Idade Média, período vivido na Europa do século V ao XV, afirmando que a criança por muito tempo não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim como um adulto em miniatura. As crianças eram tratadas como adultos em miniatura pois, tinham participação ativa em reuniões, festas, pelas vestimentas que usavam e pelo tratamento que havia entre crianças e adultos, esse tratamento não tinha nenhuma restrição.

Posto isso, percebe-se que a infância era desvalorizada, não havia algum tratamento diferenciado e suas especificidades foram deixadas de lado, vendo a infância como algo inexistente, pois a arte medieval a desconhecia (ARIÈS, 1986). Há várias indagações que ainda são feitas sobre a infância, pois sua compreensão ainda é pouca. São vários os perfis de infância vivenciados desde o séc. XII e seus estudos e percepções das especificidades não estão em sentido linear, pois, têm altos e baixos, diferentes contextos em que a infância foi e é identificada, além de considerarem essa etapa como “um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida” (ARIÈS, 1986, p.52). Não havia valorização e nem assistencialismo para com as crianças, elas eram vistas como homens que logo cresceriam e esqueceriam tudo que viveram até então, sem nenhum desenvolvimento ou aprendizagem que pudessem orientá-las para a vida adulta. Diante disso, Ariès discorre:

No primeiro caso, a infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança; no segundo, o da criança morta, não se considerava que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de lembrança: havia tantas crianças, cuja sobrevivência era tão problemática. (1986 p.56)

Nota-se que a infância que era considerada a fase inicial da vida do indivíduo, período considerado como breve e que logo passaria. Em meados do século XVIII, Ariès (1986), afirma que o cuidado e a “paparicação” existia, mas somente nos primeiros meses, se tratando de um carinho que ocorria somente nos primeiros meses de vida, quando a criança ainda era bem pequena e frágil. Eram tidas e comparadas como um animal de estimação, pois se viesse a falecer, logo eram substituídas, conforme apontam as palavras:

Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei de “paparicação” – era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma engraçadinha. As pessoas se

divertiam com a criança pequena como coisinha um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ARIÈS, p.10, 1986).

Nesse viés, Ariès (1986), aborda a infância como uma construção histórica, em que na Idade Média a infância era considerada o período correspondente do nascimento da criança, até os sete anos de idade, para aquelas que conseguiam chegar a essa idade, e toda criança nascida neste período era chamada de *enfant*, que significa aquele que não fala, conseqüentemente, pela tradição filosófica ocidental, as crianças não possuíam pensamento, sendo negadas perante a sociedade e não tinham direito algum, vivendo às margens de uma sociedade que os considerava incapazes, pois os adultos eram quem os conduziam, limitando assim um período de suas vidas, uma vez que essas crianças já eram inseridas no meio adulto e realizavam as mesmas atividades, sem nenhuma distinção.

Como já dito, as crianças eram vistas como adultos em miniaturas ou até mesmo pequenos seres que não tinham opinião, desejos ou direitos, por isso eram desacreditadas e vistas sem potencial algum, mas para Finco e Goulart, (2011, p.20), essa não deveria ser a forma como a criança é compreendida, pois:

“o tempo da criança é o tempo do presente, que ela é contemporânea. É um presente do qual o adulto não faz parte, que ele desconhece. A criança, por sua vez, não é apenas presente: também é passado, onde se inscreve e é inscrita. Ou seja, ao chegar ao mundo, a criança habitará um tipo de infância reconhecida pelo grupo que a cerca, com suas marcas de gênero, raça, sexualidade, dentre outras. Todavia, não fica presa a essas amarras: se subjetiva, cria e recria, contrapõe, experimenta, no movimento que a SI nomina como “processo de autoria social”

Nesse contexto, é de fácil compreensão e lógica que a criança sempre existiu, entretanto, a parte da vida delas, nomeada atualmente como “infância” foi marcada muito tempo como invisível. Para isso, Garcia (2014, p. 11) discorre que “A consideração das crianças como um grupo etário próprio, com características identitárias distintas e com necessidades e direitos é muito recente, é mesmo um projeto inacabado da modernidade”.

As concepções acerca da infância variam de acordo com cada época, data e contexto histórico, por isso se faz necessário a compreensão desse sentimento desde primórdios até a atualidade, entendendo parte dessas etapas e relacionando-as com as

suas transformações, variações a fim de entender as relações que foram estabelecidas entre adultos e crianças. Sabendo que é a infância é uma condição da criança, como é possível um ser humano passar pela vida sem ter tido uma infância?

## 2.2 INFÂNCIA NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

A história da infância no Brasil teve início com as crianças nativas que aqui viviam antes mesmo da chegada dos Portugueses. Com a dominação do território brasileiro, e com toda autoridade que vieram houve uma grande desvalorização das crianças, suas histórias e culturas no âmbito nacional. O que foi amplamente documentado no período do Brasil Colonial e Imperial (1500 - 1889), os estudos mostram a história da infância no Brasil teve como protagonistas a participação dos missionários Jesuítas, que viam as crianças como seres puros e assexuados, associando a imagem da criança sempre a Jesus.

Quando os jesuítas invadiram o Brasil no século XVI, viram nas crianças brasileiras indígenas uma semelhança com anjos, seres bons puros e inocentes. Era o “papel em branco” em que os jesuítas escreveriam a sua cultura, com base em fortes conteúdos de educação moral e religiosa aos quais as crianças eram submetidas antes que o “pecado” se instalasse em suas almas. (ARANTES, 2011)

Ou seja, com a chegada dos Portugueses ao Brasil, vieram juntos os Jesuítas, considerados por Rizzini e Pilotti (2011, p.17), como “representantes da Corte e da Igreja Católica” que entendiam que as crianças nativas encontradas no território descoberto eram pagãs, que precisavam urgentemente ser batizadas, por isso começaram a catequizar as crianças e os adultos, como forma de trazer a palavra de Deus para aquelas pessoas que não a conheciam e por isso estavam fardadas ao inferno.

Adiante, Rizzini e Pilotti (2011), afirma que no Brasil Colônia os padres da Companhia de Jesus cuidavam das crianças nativas e eram responsáveis por sua catequese e educação como forma de moldar os pensamentos e cultura das crianças através do seu programa de educação chamado *Ratio Studiorum*, termo definido por Kuhlmann (2010, p.22) como “o programa educacional jesuítico, que estabeleceu as classes separadas por idade e a introdução da disciplina. ”

Para Arantes (2011), os padres da companhia de Jesus estabeleceram em seus complexos sistemas educacionais, parecidos com salas de aula, para que assim ficasse mais fácil fazer com que todas as crianças aprendessem e seguissem culturalmente os padrões estabelecidos por seus tutores Jesuítas, sendo assim as crianças sofriam

apropriação cultural, pois delas eram tiradas crenças e culturas, de modo que as consideravam *tábulas rasas*, onde poderiam esculpi-las da maneira que lhes fossem mais interessante.

Os Jesuítas construíram diversas casas e escolas no território brasileiro e assim foram os educadores por mais de 200 anos. Só em 1755, a Companhia de Jesus foi expulsa do país, pois aconteceram diversos conflitos dentro da Corte Portuguesa, decorrente a um desligamento entre a Coroa e a Igreja, de acordo com Gomes (1991).

A história que é relatada atualmente em estudos acerca do tema, mostra apenas os olhares dos colonizadores que “ensinaram e educaram” as crianças nativas do país, ao invés de entender e revelar de qual maneira as crianças indígenas melhor se desenvolviam, quais eram suas especificidades e se realmente existia a necessidade de serem alfabetizadas e catequizadas. Isso fez com que as crianças nativas aprendessem costumes Europeus e cristãos, pois os Jesuítas acreditavam:

[...] possuírem a verdade, diante da visão da época, e dessa maneira transmiti-la. A educação era o instrumento para salvar as almas, moldar as pessoas para torná-la um bom cristão. O poder político, os hábitos, os valores tudo era demonstrado através da fé cristã. Ser cristão era entendido como a única probabilidade da humanidade, demonstração da realidade. (ZANINI, 2014, p.37)

Para Zanini (2014) esse foi o primeiro tipo de educação formal brasileira, realizada pelos padres da companhia de Jesus que, visto pelo o olhar dos colonizadores, aqui encontraram pessoas “inocentes, simples e sem sinal de riqueza intelectual”. Então rapidamente achavam necessário educá-los, pois neles só encontravam “[...] uma educação de caráter natural e oral” (2014, p.44).

Nos estudos de Oliveira (2005), é ressaltado que os jesuítas tiveram vários inimigos durante o período vivido no Brasil, mas o principal deles foi Sebastião José de Carvalho Melo, conhecido como Marquês de Pombal. Este foi uma figura importante pois tinha condição de secretário do Estado do Reino Português e conduziu o país durante o reinado de D. José I (1750 - 1777).

Direcionando a discussão para a expulsão dos Jesuítas, Oliveira (2002), afirma que conforme os Jesuítas foram ficando mais independentes da Igreja e do Estado, a colônia portuguesa passou a ver eles como ameaça do poder que tinham sobre todos. Assim, em 1759 os jesuítas foram expulsos e a educação passou a ser serviço do Estado. O sistema adotado pelo Estado consistia nas aulas Régias, aulas essas que consistia em ser autônomas e isoladas, com professor único e uma aula não se articulava com as

outras.

Entretanto, a ganância à riqueza dos portugueses e a procura de mão de obra barata, fez com que os Portugueses que habitavam o país procurassem em outro território pessoas para escravizarem, e assim trouxeram para o Brasil na metade do século XV, africanos e africanas comprados, para que trabalhassem e mantivesse a economia do país e então, as crianças filhas das pessoas compradas e escravizadas, vieram junto com os pais (RIZZINI E PILOTTI, 2011).

Contudo, as taxas de mortalidade infantil eram altas pois, as condições que tentavam sobreviver eram precárias, sem nenhuma assistência à saúde e sem direito à sua infância (FALEIROS, 2011). Há estudos como de Ariès (1986) que mostram que a faixa etária dos 12 anos era o momento em que as crianças já estavam preparadas para trabalhar. As crianças eram criadas pelos senhores de terras, sendo assim, ainda trabalhavam para compensar os gastos que já tiveram.

Melo (2020), discorre a esse respeito, afirmando que as crianças escravizadas eram privadas de qualquer direito que cabiam a elas. Ainda de acordo com Melo, a partir dos quatro anos de idade eram reservadas a elas tarefas consideradas simples, aos dozes anos as tarefas aumentavam e aos quatorze anos já trabalhavam igual a um adulto escravizado. Africanos e Africanas trazidos à força do seu continente, também perdiam muito sua identidade cultural, pois eram impedidos de adoras suas crenças, celebrar sua cultura, através de danças, cantos, comidas e brincadeiras.

Durante a história da infância brasileira pode-se dizer que no Brasil Imperial, assim como nos dias atuais a sociedade era marcada fortemente por influências europeias. A educação das crianças acontecia dentro do lar, e cabia às escolas a instrução, na qual meninos e meninas recebiam de forma separadas. Os meninos da elite iam para escola aos sete anos de idade, e em sua grande maioria terminava sua formação fora do Brasil, sua formação na grande maioria das vezes era para doutor. As meninas estavam destinadas aos estudos sociais e habilidades manuais. (MELO, 2020)

Novamente nota-se que a infância ainda não era reconhecida, a criança escravizada continuava lutando pela sua sobrevivência sem nenhum auxílio ou assistência que atendesse às suas especificidades e cuidados necessários para seu crescimento e desenvolvimento.

Fatos assim aconteceram mesmo após a promulgação da Lei do Ventre Livre, que foi a primeira legislação para proteção das crianças, instituída em 1871, já no final do período imperial do Brasil. Com essa lei, as crianças que fossem nascer, estariam

livres, e também proibiria a venda de crianças com idade menor de 12 anos. Essa foi uma grande conquista para época, pois foi a primeira lei a garantir direito às crianças. (RIZZINI E PILOTTI, 2011)

Ampliando essa discussão, Faleiros (2011), afirma que a partir do ano 1521 devido ao grande nível de abandono, tanto por causa da extrema pobreza, quanto por filhos gerados fora do casamento, as crianças, por lei, eram abrigadas e cuidadas por Órgãos Municipais, tais como as Câmeras. Porém, inúmeras vezes, como forma de manter a honra e dignidade da família, os pais “despejavam” as crianças em diferentes lugares, para que não fossem descobertos e assim as crianças eram encontradas por outras pessoas e levadas até órgãos como este acima, ou então eram devoradas e mortas por animais de rua.

Como forma de prevenir que esses abandonos ocorressem em qualquer lugar e de maneira com que fizesse a criança morrer sem ser encontrada, responsáveis políticos da época desenvolveram em 1738, o projeto nomeado de “Roda no Brasil” ou “Roda de Expostos”. Para Rizzini e Pilotti (2011, p.19), a denominada Roda dos expostos nada mais era que um “cilindro giratório na parede que permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento, sem que pudesse identificar qualquer pessoa”.

Marcilio (2016, p.54) conta que:

“A roda de expostos como assistência caritativa, era, pois, missionária. A primeira preocupação do sistema para com as crianças nela deixada era de providenciar o batismo salvando a alma da criança – a menos que trouxesse consigo um escritinho que informava a rodeira que o bebê já estava batizado.”

Apesar de fortes traços da igreja, antes da existência da roda as crianças abandonadas deviam ser assistidas pelo município, e o que ocorria era um total descaso, esses eram adotados por famílias que previam que esta criança poderia virar uma mão de obra familiar suplementar. Mas a realidade era que o número de mortalidade dessas crianças eram muito alto e a maioria nem chegava a vida adulta (MARCILIO, 2016).

Em suma, a criança era abandonada pelos responsáveis nas Casas de Expostos, depressa era batizada e caso não fossem adotadas, iriam trabalhar desde bem pequenas. Pela falta de higiene, cuidados e saúde, a taxa de mortalidade dessas crianças abandonadas nestes locais foi muito alta, fazendo assim com que a Roda fosse abolida em 1927, como cita Rizzini e Pilloti (2011, p. 20).

Discorrendo sobre a temática Faleiros (2011), aponta que a taxa de mortalidade infantil brasileira ainda se mantinha alta e precisava urgentemente de uma solução, foi

quando, no século XX, os nomeados higienistas responsáveis por cuidados com a infância nas casas de expostos mudaram algumas concepções de higiene. “A influência dos higienistas se faz sentir na criação da Seção de Higiene Infantil do Departamento Nacional de Saúde Pública” (FALEIROS, 2011, p. 42)

Nesse viés, entende-se que a saúde e higiene das crianças também era dever do Estado, percebido pela autora como uma assistência moralista, pois mantinham as crianças vivas sabendo que o futuro da sociedade dependia delas. Os higienistas foram um dos responsáveis por abolir os o assistencialismo da roda de expostos, pois nelas as crianças ficavam doentes e morriam precocemente.

“Com a investida médico-higienista a partir de meados do século XIX, com a extinção das Rodas e o início de uma legislação específica sobre a criança nas primeiras décadas do século XX, a criança pobre deixa de ser um objeto apenas de caridade e passa ser objeto de políticas públicas. Todo um novo ciclo se inicia. ” (ARANTES, 2011, p.180)

Com a extinção da roda foram criadas associações filantrópicas para amparo e assistência à infância desamparada e somente uma década após, houve mudanças significativas no modelo de assistência à infância. Criou-se a FUNABEM (1964) e após isso, em vários estados se instalou as FEBEMs (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor). Com um salto de mais de vinte anos, com a Constituição Cidadã de 1988, foi inserido os Direitos Internacionais das Crianças, proclamado pela ONU no mesmo ano da criação da roda no Brasil. Após muito sofrer no decorrer da história, era preciso mudar o cenário em que crianças e adolescentes viviam, por isso foi criado em 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde as crianças e adolescentes passaram a ser responsabilidade do Estado, e se tornaram sujeitos de direitos. (MARCILIO, 2016).

A partir da Lei 8.069/1990, é considerado criança o ser de até 12 anos, e é proibido o trabalho infantil. Esta Lei assegura o trabalho para adolescentes até os 14 anos em condição de aprendiz com todos os direitos trabalhistas garantidos. Com o ECA a sociedade criou uma nova postura em relação às crianças e adolescentes, eles são protegidos e assegurados perante a família e perante a sociedade.

Ao longo da história da infância de crianças brasileiras, percebe-se que assim como em outros países as crianças eram tratadas como seres incapazes, e sem direitos perante a sociedade.

### 2.3 EDUCAÇÃO INFANTIL: UM NOVO OLHAR PARA A INFÂNCIA

Com a crescente globalização, a industrialização e o aumento do número de mães trabalhadoras, a necessidade de algum lugar ou pessoa para cuidar das crianças aumentou gradativamente, como explica Paschoal e Machado (2009). Sabe-se que historicamente a criação da criança era de total responsabilidade das famílias e mais precisamente, das mulheres. Mas, se eram a elas designado o dever da criação dos filhos, com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, quem atuaria como responsável por aquela criança?

Por essa razão, a partir da década de 1970 um forte movimento social, liderado por mulheres trabalhadoras que reivindicavam por sua independência econômica e por mais direitos perante a sociedade, trouxe à tona a luta para que as crianças tivessem direito a creches, para que assim pudessem conquistar sua autonomia econômica e o direito por trabalho.

Para elucidar o exposto, Oliveira (1988, p. 44), assegura que as creches vieram para marcar uma era de independência e mudanças sociais, “a história creche liga-se a modificações no papel da mulher em nossa sociedade e suas repercussões no âmbito da família, e em especial o que diz respeito à educação dos filhos. ”

Com essas mudanças na sociedade, as creches se tornaram meio para que as mães trabalhadoras pudessem deixar a criança em algum lugar que tinha cuidado e educação para então conseguir trabalhar e buscar sua autonomia, como cita o autor Kuhlmann Jr. (2010, p.78) “[...] foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas dos Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças. ” Ampliando a discussão acerca das instituições de educação infantil, estas surgiram inicialmente na perspectiva de atendimento aos pobres. Dentre os autores que tratam dessa questão, destaca-se Didonet (2001), que defende a posição de que as creches no Brasil tiveram seus inícios com fins assistencialistas, cuidando das crianças das mulheres inseridas no mercado de trabalho e também acolhendo aquelas crianças órfãs e abandonadas. Diante disso, revela-se uma questão:

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava



trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche. (DIDONET, 2001, p. 13).

Por mais que isso fosse dever público, de acordo com Paschoal e Machado (2009), eram as esferas jurídica-policia, que amparavam crianças abandonadas e a higienista religiosa, que tentavam diminuir o alto nível de mortalidade que encobria a infância do final do século XIX e início do século XX. Diante de todas essas condições, foram sendo concebidas diversas instituições de assistência à infância.

A mão de obra feminina nas indústrias ia cada vez aumentando, mostrando a necessidade de mais instituições que cuidassem dos seus filhos de forma integral ou por meio período. Pela visão do poder público, as crianças filhas das mães trabalhadoras, eram carentes culturalmente e educacionalmente. Reforçando ainda mais um olhar insuficiente para a infância pobre, enxergando-a como “padronizadas e homogêneas” (KRAMER, 1995, p. 24).

Oliveira (2002), discorre a esse respeito, afirmando que o primeiro jardim de infância foi criado em 1875 no Rio de Janeiro, mas esse era de entidade privada. O jardim de infância público foi estabelecido apenas em 1896 em São Paulo. Para Kuhlmann (2010, p. 81), de início, essa separação de classes “[...] servia como uma estratégia de propaganda mercadológica para atrair as famílias abastadas, como uma atribuição do jardim de infância para os ricos, que não poderia ser confundido com asilos e creches para os pobres”.

Ampliando a discussão, a proposta das instituições de educação infantil era de dar assistência às crianças pobres para que assim as mães pudessem ingressar no mercado de trabalho. Com o passar dos anos essa instituição começou a ter mais visibilidade e foram criadas políticas educacionais para garantir a qualidade. Conforme Nascimento (2015), foi após a chegada do Estado Novo, que aconteceu entre 1937 a 1945, o governo responsabiliza-se pelo âmbito do atendimento infantil, fundando em 1940 o ministério da Educação e Saúde e o Departamento Nacional das Crianças que em suma, estabeleciam regras e normas para que as creches funcionassem.

Diante esse contexto histórico da formação da Educação Infantil no país, o sistema de ensino passou por diversas inovações ao longo do tempo e um dos marcos mais importantes foi a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 4024/61) publicada em 1961, que veio para garantir a qualidade da educação, tornando-se uma importante medida do Brasil em relação a políticas educacionais. Foi

a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabelecer que professores tivessem no mínimo o normal regular, e assim foram encaminhados para o ensino superior, reforçando a ideia de que a Educação Infantil não tinha mais a finalidade assistencialista.

Além dos direitos governamentais criados, Nascimento (2015), relembra que ocorreram algumas reivindicações feitas pela sociedade, como o *Movimento de Luta por Creches* (1978- 1982) que foi imensamente importante para o crescimento e propagação das creches no Brasil.

Outra mudança que se destaca foi dada com a Constituição Federal de 1988, que garante a todas as crianças o direito à educação. Também é destaque que as creches e pré-escolas foram incluídas com o Ensino Fundamental e Médio no sistema, formando assim a Educação Básica (BRASIL, 1988) A partir deste cenário foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEIs), pareceres e resoluções para orientar questões pedagógicas e também sobre a formação e desenvolvimento das crianças. Os DCNEIs, que a instituição de educação infantil além de tudo deve garantir à criança seu total desenvolvimento, isso fica explícito no capítulo 6 das diretrizes de 2010.

“A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil, deve ter como objetivo, garantir à criança, acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como, o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças”. (DECNEI, 2010, p. 18)

Com a publicação desses documentos oficiais e estudos acerca da infância e do desenvolvimento infantil o currículo desta etapa da educação básica começou a levar em consideração o educar, o cuidar e o brincar, pensando assim no desenvolvimento da criança de forma integral e não atuando somente como assistencial às famílias pobres e mães trabalhadoras. Nota-se, a partir de então, que a criança começou a ser reconhecida como um sujeito que possuía direitos, para esse fim, dispõe o artigo 227 da Constituição Federal que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Para além desses documentos citados acima, também, foram criados outros

documentos e políticas que de certa forma, entendem e valorizam mais a infância, porém, o foco neste trabalho é relacionar a Base Nacional Comum Curricular com a infância brasileira, buscando compreender como essa etapa da vida da criança é vista através das escolas de Educação Infantil que utilizam como suporte para a criação de seus currículos a BNCC.

## **2.4 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: A INFÂNCIA NO CURRÍCULO NACIONAL**

Na atualidade, refletindo a maneira de tentar melhorar a qualidade da educação, foi disponibilizada em todo país a BNCC que trata de um documento auxilia e embasa a criação dos currículos escolares, no qual definem competências e habilidades de cada área do conhecimento. Sua primeira versão foi disponibilizada para consulta pública entre outubro de 2015 e março de 2016, mas este documento está previsto desde 1988, diante a promulgação da Constituição Federal (Art. 210).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagem essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagens e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, p.7, 2017).

A partir de então, recebeu contribuições de organizações e redes de educação de todo país, além de pareceres analíticos de especialistas e membros da comunidade acadêmica. Até ser aprovada a atual BNCC, as versões passaram por debates institucionais e sua elaboração foi analisada por leitores críticos como especialistas e professores universitários. A atual versão da Base foi aprovada e homologada em dois momentos, a BNCC para o Ensino Fundamental e Educação Infantil teve sua aprovação em dezembro de 2017, e a Base para o Ensino Médio foi homologada pelo Ministério da Educação em dezembro de 2018. (BRASIL,2020)

Sendo assim a BNCC é um documento que visa nortear professores da educação básica no desenvolvimento pleno de todos estudantes. Levando o enfoque para Educação Infantil, após análise sistemática pode-se dizer que os principais eixos desta etapa é a interação e a brincadeira. Além disso, esse documento traz uma nova perspectiva para a Educação Infantil, como das crianças explorarem mais, se movimentarem e terem mais autonomia.

Nota-se que na área de Educação Infantil existem dois eixos estruturantes, que

são os “direitos de aprendizagem e conhecimento”, que abrange os tópicos de “conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se”. Já o segundo eixo são os “campos de experiência”, que de acordo com o documento essa parte auxilia no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, separadas entre bebês (0-1a6m), crianças bem pequenas (1a7m-3a11) e crianças pequenas (4a-5a11m). Compõe esse eixo os tópicos “o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Os campos de experiências encontrados na BNCC são “O eu, o outro e o nós”; “Corpo, gestos e movimentos”; “Traços, sons, cores e formas”; “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”; “Escuta, fala, pensamento e imaginação” que constituem o currículo, deixando os conhecimentos prévios das crianças para a construção de novos saberes.

Pensando nisso, o diferencial da educação infantil com as outras etapas da educação, é que essa fase não está dividida por disciplinas, como o português e a matemática, mas sim em diversos conhecimentos do mundo, que se bem trabalhados e desenvolvidos juntos com as crianças, podem acarretar bons resultados, como a autonomia, o pensamento crítico e a criatividade. Para isso o documento revela que:

[...] “Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que elas se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas.” (BNCC, Brasil, 2017).

Desse modo, é perceptível notar que durante o percorrer do tempo, foram alcançados objetivos e avanços em relação à infância, mas qual a função que a BNCC dispõe a respeito do conhecimento da infância e a compreensão da criança como possuidora de direitos e produtora cultural? De fato as mudanças são claras, mas esse tipo de abordagem e homologação da mesma pode não abranger todos os tipos de infância, já que

“Além da maioria dos/as elaboradores/as da BNCC não ouvir os movimentos sociais, retirando qualquer possibilidade de as camadas populares dizerem o que desejam, o que de fato precisam que a escola ofereça às infâncias, concordam com a redução de gastos relativos à escolarização das infâncias, etapa escolar reconhecidamente fundamental para o desenvolvimento ampliado do sujeito.” (NOVAIS E NUNES, 2018, p. 1065.)

Esse pode ser considerado uma das problemáticas encontradas na publicação da Base, todavia, esse não é o foco do trabalho, já que se busca uma relação das concepções da infância desde primórdios, até a então. Não tirando a importância dessa discussão, mas focando no objetivo geral do artigo.

Entendendo as novas relações que a BNCC possui acerca da infância, é de suma importância citar a abordagem do desenvolvimento infantil, criada por Emmi Pikler. Os estudos de Falk (2004) em Pikler eram voltados principalmente para crianças de zero a três anos de idade. Sua abordagem consiste no desenvolvimento da criança, no movimento livre e o vínculo que o adulto deve estabelecer com os bebês e crianças, seja em qualquer momento como o de troca, do banho, da alimentação (Freitas, 2015). A pediatra também destacou os cuidados que os bebês precisam em ambiente como creches e escolas, onde o foco segundo seus estudos deve ser a interação, o movimento e a orientação da autonomia das crianças e bebês. (FALK, 2004)

Após análise da BNCC e da abordagem Pikler, pode-se pontuar que os estudos pelo desenvolvimento e cuidado com as crianças vêm crescendo, o que reflete na qualidade da atuação de profissionais da educação e reforçam a ideia de as crianças serem sujeitos históricos e possuidoras de direitos.

### **3. METODOLOGIA**

A metodologia utilizada será uma pesquisa qualitativa, que segundo Günther (2006), é uma modalidade de pesquisa que atua sobre um problema humano ou social, indo além da informação dada, estudando mais a fundo a questão/problema do trabalho. O método de pesquisa deste trabalho será a pesquisa bibliográfica, que para Martins e Theóphilo (2016, p. 52) esse tipo de pesquisa procura “explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, anais de congressos etc.”

Os estudos para que essa pesquisa se realizasse, foi feito através de fichamentos de livros e artigos dos principais estudiosos da infância no Brasil, além de teses encontradas por meio dos descritores: “História da Infância”, “Infância na Escola”, “Infância e Criança” e “Infância no Brasil”, disponibilizadas na plataforma digital da CAPES, Scielo e Google Acadêmico.

Foram encontrados trabalhos os quais todos foram considerados por corresponderem ao interesse dessa pesquisa. Esses trabalhos encontrados foram “A

arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil” de Rizzini e Pilotti (2011); “Educação Infantil: a creche, um bom começo” trabalho de Didonet (2001). “A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.” de Faleiros (2011); “A atenção pessoal aos bebês e às crianças bem pequenas nos centros de educação infantil: Contribuições da abordagem de Emmi Pikler” escrito por Freitas 2015; . “Em defesa da educação infantil” de Garcia (2001). “Os índios e o Brasil” de Gomes (2001); “A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce”. de Kramer (1995); “Os intelectuais na história da infância” escrito por Kuhlmann Jr (2002); “ O olhar dos jesuítas sobre a cultura indígena - séc XVI” estudo de Zanine (2014). Essas foram algumas obras que fizeram parte dos nossos estudos. Duas obras de grande relevância que também foram estudadas para se tratar do estudo da infância e da criança foi a “História Social da Infância e da Família”, de Ariès (1986), por tratar dos contextos históricos e concepções de infância. E “Sociologia da Infância no Brasil” organizado por Ana Lúcia Goulart de Faria e Daniela Finco (2011), obra que traz ideias para complementação da pesquisa, tais como conceitos da sociologia e da infância e como é vista a infância no Brasil. Essas obras são de grande importância para os estudos sobre infâncias, pois permite que as crianças ganhem mais espaço perante a sociedade, e sejam vistas como sujeitos de direitos que possuem infância de acordo com o contexto em que vivem.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho foi o de analisar a BNCC e sua interpretação das infâncias na escola. Já os objetivos específicos foram: compreender a trajetória histórica da infância; estabelecer a diferença entre criança e infância; apresentar o início da Educação Infantil no Brasil e sua garantia de direitos e de políticas públicas próprias, por meio do estabelecimento da BNCC.

#### **4. ANÁLISE DE DADOS E CONSIDERAÇÕES**

Para entender a concepção de infância na atualidade foi necessário estudar e entender como a infância foi vista durante a história percorrendo períodos históricos. Foi feito estudos que mostraram a Educação Infantil por um período como uma instituição assistencialista. E após os estudos sobre a infância e o desenvolvimento da criança essas instituições passaram ter o cuidar e o educar como algo inseparável.

O tratamento com as crianças foi se alternando ao longo dos anos. O processo

de mudança nas instituições de educação se deu início com a Constituição Federal de 1988 e posteriormente foi ampliado com a Lei de Diretrizes e Bases (1996), que deu respaldo para que as instituições de Educação Infantil se tornassem um ambiente educacional e não apenas assistencialista. O Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente (1990), também garantiu às crianças a proteção e a evolução dos seus direitos.

Há ainda grandes problemas a serem enfrentados, pois não existe somente uma infância, essa fase distingue em diferentes contextos, tais como históricos, culturais, sociais e econômicos. Não existe um modelo padrão para essa etapa, infelizmente nem toda a infância é prazerosa e isso precisa ser levado em consideração para estudos como estes. Pensar em infância envolve pensar nas necessidades da criança, nos seus direitos e no seu desenvolvimento.

Sendo assim, existem inúmeras particularidades em que a criança precisa para se desenvolver psicologicamente e cognitivamente, e todos os aspectos envolvem o brincar. Portanto, entende-se que houve grandes melhorias e estudos para com a infância, mas ainda são encontradas algumas ressalvas e é necessário que as políticas públicas, estudos sobre a infância e mostrem que as crianças precisam ser ouvidas, possuem direitos e o período da infância deve ser prazeroso e respeitado.

No que tange o desenvolvimento da criança é necessário que elas vivenciem experiências variadas, tenham autonomia e a partir daí comecem a escrever sua própria história. Os profissionais da educação as creches e pré-escolas devem se lembrar que as crianças são seres sensíveis, que o afeto e a interação é essencial para seu desenvolvimento.

Durante a história a criança deixou de ser considerada incapaz e passou a ser vista como sujeito de direitos, o que pode ser aferido no quadro 1.

QUADRO 1- As diferentes concepções de infância e a evolução do tratamento que as crianças receberam ao longo da história.

MARCO TEMPORAL	DEFINIÇÕES
Idade Média	Para o filósofo da educação Philippe Ariés, nos primórdios do séc.XII, as crianças eram vistas como adultos em miniaturas. Ainda enfatiza a ausência do sentimento dos adultos para crianças e a infância.
Infância Brasileira	A concepção de Kuhlmann Jr vem de uma ótica positivista, ou seja, que a história da criança é contada a partir da visão do adulto.
Brasil Colônia	No contexto brasileiro os jesuítas viam as crianças como seres assexuados e como a imagem de Jesus. A infância das crianças indígenas e outras que habitavam o país não era respeitada, foram tiradas delas costumes e crenças, desvalorizando assim suas tradições.
Brasil séc. XVII	Abandono das crianças nas chamadas Rodas dos Expostos, o alto índice de mortalidade e o descaso pela vida.
Implementação de Leis séc. XX	Com a criação de Leis as crianças tiveram direito a proteção, à escolarização e começaram serem vistas como sujeitos de direitos.
Base Nacional Comum Curricular	Com este documento as instituições de educação infantil devem garantir às crianças o direito a interação, a brincar, a explorar e conhecer a si mesmo, o que vai contribuir para seu desenvolvimento.

Fonte: (Das autoras, 2020)



QUADRO 2 - Documentos norteadores da educação básica

DOCUMENTO	FUNÇÃO/DATA
Constituição Federal (CF)	Assegura o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e o direito à educação. (1988)
Estatuto da Criança e do Adolescente	Lei nº 8009, assegura os direitos das crianças e adolescentes no Brasil. (1990)
Lei de Diretrizes e Bases (LDB)	Lei nº <a href="#">9.394</a> , que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (1996)
Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN's)	Estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras. (2013)
Plano Nacional da Educação (PNE)	Determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024.

Fonte: (Das autoras, 2020)

De acordo com os quadros e com os estudos feitos, pode-se concluir que a maneira que as crianças eram tratadas se modificou com o passar do tempo, e isso se deve a estudos, pesquisas e implementação de leis que assegura o direito das crianças, para que elas sejam ouvidas, tenham seus direitos reconhecidos e serem colocadas como sujeitos sociais, atuantes e que tem muito a contribuir e a ensinar. Ao pensar em criança, é importante pensar que são sujeitos únicos, cada qual com sua especificidade e pensar em infância envolve pensar nas necessidades da criança, nos seus direitos e no seu desenvolvimento.

É importante pensar que essa ainda é uma pesquisa inicial, mas como sugestão para futuras pesquisas e estudos, seria necessárias pesquisas que deem voz às crianças, as quais elas definem seus conceitos, contam suas histórias, e sejam tratadas como sujeitos sociais. Para a formação de educadores e educadoras, essa pesquisa pode contribuir para

sua construção profissional, após experiências em projetos práticos, nos Estágios Supervisionados, essa seria válida para estudar sobre a criança e seus direitos, mediando a visão que se tem de criança e a modificando, para que conseqüentemente o tratamento com as crianças no ambiente educativo seja repensado de acordo com sua idade e especificidade, dando a elas autonomia, o direito de serem ouvidas e também de falar, deixando-as como sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria história.

## 5. REFERÊNCIAS

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. p. 153-202.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara. 1986

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL. **DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**. 2010. Disponível em: <https://dneieducacaoinfantil.blogspot.com/2014/06/o-atendimento-em-creches-e-pre-escolas.html>. Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em: 29 jul.2020

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n.73. Brasília, 2001. p.11-28.

**Estatuto da Criança e Adolescente**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 09 jun. 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. p. 33-96.

FALK, Judit (org). **Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy**. Araraquara: JM Editora, 2004.

FREITAS, Anita Viudes C. **A atenção pessoal aos bebês e às crianças bem pequenas nos centros de educação infantil: Contribuições da abordagem de Emmi Pikler**. São Paulo: Faculdade de Sumaré, 2015.

GARCIA, Regina Leite, FILHO, Ariste Leite. **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro, DPSA, 2001, p 11.

GOMES, Mércio. P. **Os índios e o Brasil**. Prefácio de Darcy Ribeiro. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

GOULART, Ana Lúcia. **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995

KUHLMANN JR. Moysés, M. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. In: KUHLMANN JR., M.; FREITAS, M. C. de. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002

KUHLMANN JR. **Infância e educação Infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

(MEC), **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a Base. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 03 jun. 2020

MELO, Jennifer Silva. **Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico**. *Educação Pública*, v. 20, nº 2, 14 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/2/breve-historico-da-crianca-no-brasil-conceituando-a-infancia-a-partir-do-debate-historiografico> Acesso em: 27 de jun. 2020

MONARCA, C. **Educação da infância brasileira – 1875 – 1983**. Campinas: Autores Associados, 2001.

NASCIMENTO, Edaniele Cristine Machado. EDUCERE - XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2015, Curitiba. **PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: EDUCAÇÃO OU ASSISTÊNCIA?** Curitiba: Pucpr, 2015. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479\\_9077.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479_9077.pdf). Acesso em: 15 maio 2020.

NOVAIS, Gercina Santana; NUNES, Silma do Carmo. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: uma estratégia a favor da educação emancipatória das infâncias e redução das desigualdades educacionais?. **Ensino em Revista**, Uberlândia, v. 25, n. , p. 1056-1086, maio 2018.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de Moraes. **Os primeiros passos da história da educação**

**infantil no Brasil.** In Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória.

**Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 14, n. 1, p.43-52, jan. 1988.

Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33402>>. Acesso em: 09 jun. 2020

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: AVANÇOS, RETROCESSOS E DESAFIOS DESSA

MODALIDADE EDUCACIONAL. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, v. 33, p.78-95, mar.

2009.

Mensal.

Disponível

em:

<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05\\_33.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf)>. Acesso em: 09 jun. 2020.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, das legislações e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

ZANINI, Flávia Emília. **O OLHAR DOS JESUÍTAS SOBRE A CULTURA INDÍGENA –**

**SÉCULO XVI**. 2014. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2014. Disponível

em:

[http://iepapp.unimep.br/biblioteca\\_digital/pdfs/docs/15052015\\_165307\\_flaviaemiliazanini\\_ok](http://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/docs/15052015_165307_flaviaemiliazanini_ok)

.pdf. Acesso em: 15 maio 2020.